



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 03 DE ABRIL DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Quielse Crisostomo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes, 52; achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fuad Nacli e Werner Wanderer (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 10/74, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de Complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Aprovado.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 4. sexta-feira, às 9.30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Lopoldo Jacomel e Trajano Bastos.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel,

Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes, (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fuad Nacli e Werner Wanderer. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 240, do Senhor GUILHERME DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, comunicando que em data de 20 do mês próximo passado, assumiu o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 56/75, do Senhor FRANCISCO BORSARI NETTO, comunicando que em data de 15 do mês próximo passado, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Do Senhor NELSON E. MEYER, Vice-Prefeito Municipal de Castro, congratulando-se com o Senhor Deputado Paulo Camargo quando de sua posse na Presidência deste Poder. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 1/75, do Senhor ANTONIO FANCKIN FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Piraí do Sul, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 1/75, do Senhor WILSON SIDNEY DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 30/3/75, do Senhor ANTENOR ZANIN, Presidente da Câmara Municipal de Araçongas, comunicando a aprovação de Requerimento nº 14/3/75, de autoria do Senhor EDIL ANTONIO FRANCISCO GABARDO, consubstanciado em Moção de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Francisco Rodrigues Accioly Filho, Digníssimo Senador da República, pela posição conquistada no Congresso Nacional. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 35/03/75, do Senhor ANTENOR ZANIN, Presi-

dente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando a aprovação de requerimento da Bancada da Arena consubstanciado em Moção de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Deputado Accioly Neto pela sua investidura no cargo de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 1/75, do Senhor JOÃO MARIA PRADO, Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Do Senhor WAILDON KUHN, Secretário da Associação dos Municípios do Paraná, comunicando haver sido eleita e empossada a Diretoria daquela Entidade. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

TELEGRAMA:

Do Senhor Antonio de Paiva Cantelmo, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão nos seguintes termos: Cumpre informar Vossencia que população et região vg vem sendo vítima invasão seu domicílio com fim prender armar vg parte destacamento policial Batalhão de Pato Branco pt Inobastante entendemos salutares medidas repreensivas contra abusos de uso armas encarecemos Vossencia providências maiores cautelas dado pane que se encontra população nosso interior invasões domiciliares vg com graves consequências mormente referências crianças et esposas pt. Atenciosamente. — *Ao conhecimento da Casa.*

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Eudoxia Carvalho Gomes ocorrido nesta data, na cidade de Ponta Grossa.

Requer igualmente que se dê ciência deste ato à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) DAVID FEDERMAN!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, consignação na Ata da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo infausto falecimento do jovem WASHINGTON DE SOUZA CARVALHO, ocorrido no último dia 21 de março, em acidente automobilístico.

De tradicional família de Cornélio Procópio, filho de desbravadores do ent'ão sertão procopense, seu falecimento trouxe consternação a todos os habitantes daquele Município.

Outrossim, requer ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, às seguintes pessoas:

— José Antonio de Carvalho — aos cuidados da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio.

— Onofre e Dulce Maria Alves — Câmara Municipal de Cornélio Procópio.

P. Deferimento

a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção de um voto de pesar pelo falecimento do ilustre Professor LAURO ZAK, nos Anais desta Assembléia, e ainda desta manifestação seja comunicada à ASSOCIAÇÃO DE ENSINO NOVO ATENEU, FACULDADE DE DIREITO DE CURITIBA, ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, e familiares do referido mestre.

Tal pedido é plenamente justificado, visto que o ilustre extinto dedicou integralmente a sua vida à causa da educação durante os 40 anos que exerceu as funções de professor.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) ENEAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requerem a inserção em Ata de um Voto de Pesar pelo falecimento, ontem, em nossa Capital, do ilustre Professor LAURO ZAK, que durante muitas décadas, foi o responsável pela educação de diversas gerações, que passaram pelos bancos escolares do COLÉGIO NOVO ATENEU, e pela FACULDADE DE DIREITO DE CURITIBA.

Requerem, outrossim, que da decisão do Plenário, se dê ciência à Família enlutada, bem como à Direção do Colégio Novo Ateneu e à Faculdade de Direito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do casal Sr. e Sra. EURICO MAINARDI GOMES e NORMIRJA GOMES, ocorrido em data de 21 de março próximo passado, em lamentável acidente automobilístico.

O Senhor Eurico Mainardi Gomes, era filho de tradicional família da cidade de Castro, estando radicado a muitos anos no município de Capitão Leônidas Marques, onde com seu trabalho e honestidade se impôs como homem do comércio e político respeitado, sendo Delegado do Partido da Aliança Renovadora Nacional.

Requeremos, outrossim, que após a aprovação deste se dê ciência à Família enlutada, nas pessoas de seus filhos CIRIACO GOMES, EURICO UADY GOMES e VERA GOMES, todos domiciliados no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo início, no próximo dia 5, do Serviço de telefonia "Discagem Direta a Distância" — DDD, no Município de Francisco Beltrão, que operará pelo Código Nacional 0465.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Francisco Beltrão receberá no próximo dia 5. um dos mais significativos benefícios no setor de comunicação, através do moderno serviço de Discagem Direta à Distância. Além disto a TELEPAR porá também em funcionamento mais 10 canais para atender aos serviços daquele Município e de Pato Branco, facilitando ainda mais o tráfego telefônico interurbano, cujos benefícios decorrentes atingirão não só aquelas prósperas comunidades, como também a toda a Região.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER, à Mesa, certidão de pronunciamento do Deputado Jayme Carvalho, efetivado em 02-04-75, no Grande Expediente.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) FABIANO BRAGA CORTES

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a ampliação das instalações onde funciona a Sub-Divisão do Instituto de Identificação de Cascavel-Pr. bem como, como consequência óbvia, a ampliação do Quadro de Funcionários daquela Sub-Divisão.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO:

Dada a grande importância que vem sendo dispensada à Carteira de Identidade em nosso País, patenteada pelo esforço do Governo na ampliação de seus serviços nesse setor a fim de dar um atendimento melhor aos interessados;

Considerando o crescimento vertiginoso da região periférica de Cascavel, com concentração maciça da solução dos problemas naquela cidade, cujo desenvolvimento daqui para frente será cada vez maior em virtude das obras de implantação da Usina de Itaipu;

Considerando que a Sub-Divisão do Instituto de Identificação em Cascavel atende todas as pessoas da Região;

Considerando, entretanto, que as instalações e o pessoal lotado naquela Sub-Divisão não atendem, no momento, o grande fluxo de interessados na obtenção de sua Carteira de Identidade;

Considerando que, como decorrência dessa deficiência, embora sem culpa de seus funcionários que dispensam bom atendimento ao público, verifica-se o êxodo de grande número de pessoas a Curitiba, a fim de aqui obter no menor prazo possível a sua Carteira de Identificação, com grande perda de tempo e elevado custo;

Considerando não ser justo o interessado na obtenção da Carteira de Identidade arcar com tantos ônus, especialmente aqueles que tem ocupação fixa e rendimento baixo;

Torna-se portanto, imperioso que sejam adotadas providências urgentes para sanar a deficiência organizacional imperante na Sub-Divisão do Instituto de Identificação de Cascavel, dotando-a de todas as instalações necessárias para satisfazer a grande afluência que passará a ocorrer lá e aumentando, como não poderia deixar de ser, a lotação do quadro de seu pessoal.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares o seu apoio e consequente aprovação do presente.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Ilmo. Sr. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que aquela autoridade determine urgentes reparos na estrada que demanda de São Mateus do Sul - Porto Soares a Rio Azul, apelo também para a construção de uma PONTE ou BALSA sobre o rio Potinga na referida estrada.

Nosso Requerimento está fundamentado na justificativa de que os usuários da citada estrada possam dela fazer uso.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado com a máxima urgência, ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, ofício comunicando aquela autoridade a precariedade de tráfego, devido a ausência de conservas e atendimento nas estradas que ligam LARANJEIRAS DO SUL, PORTO SANTANA e PATO BRANCO.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) TRAIANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Justamente na época em que mais carece o produtor paraense das atenções governamentais, os agricultores da região de Pato Branco, Laranjeiras do Sul, Porto Santana até a divisa com Pato Branco, encontram-se impedidos de transportar a sua produção agrícola, porquanto as estradas que interligam essas localidades se encontram em lamentável estado, devido a ausência e atenções por parte do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Diante do acima exposto, encarecemos de V. Exa. a máxima urgência no encaminhamento deste Requerimento à autoridade competente para que esta, tome conhecimento, como também as providências que se fazem necessárias.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, haja por bem V. Exa. oficiar ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a necessidade de que a estrada de ferro que vai ligar CASCAVEL a FOZ DO IGUAÇU mantenha seu traçado inicial, cortando o Parque Nacional do Iguaçu, evitando assim o surgimento de problema social, econômico e financeiro, para o Município de CÊU AZUL.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Com uma área total de 1.580 alqueires, o Município de CÊU AZUL aproveita para atividade agropecuárias e particulares apenas a metade, vez que a outra metade já é ocupada pelo Parque Nacional do Iguaçu.

O desvio da ligação ferroviária para fora da mata, irá cortar diversas propriedades rurais, ensejando não só problemas sociais, mas também prejuízos econômicos e financeiros aos proprietários. Além disso, com a reformulação do projeto, a ferro-

via, se mudada, atravessará ainda estradas municipais, pondo em risco a segurança dos veículos que por ali trafegam, e, bem assim a própria estabilidade do Município como organismo administrativo.

Outrossim, mantendo o plano original, que é o de implantar a ferrovia paralelamente à margem esquerda da BR-277, ao invés de trazer prejuízos, virá beneficiá-la, constituindo-se além disso, um estímulo ao turismo, já que os usuários desse meio de transporte terão a oportunidade de conhecer em sua plenitude uma reserva natural, rara em nossa região.

Por outro lado, a cidade-sede de CÊU AZUL está sendo prejudicada em seu desenvolvimento pelo fato de estar situada somente à margem direita da BR-277, eis que a localização do Parque Nacional do Iguaçu na margem oposta impede a sua expansão urbana.

Assim, a linha férrea não só deveria ser implantada na margem, onde está o Parque, mas ainda projetada a uma distância de não menos 500 metros da BR-277, fazendo-se a "posteriori", eventual doação dessa faixa entre a rodovia e a ferrovia ao Município, para expansão urbana e habitacional daquela comuna.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, o presente Requerimento vazado nos seguintes termos:

Considerando o grande número de interessados na obtenção e na substituição de suas carteiras de identidade que procuram o Serviço de Identificação que funciona em Londrina no prédio da Delegacia de Polícia;

Considerando as precárias condições do local destinado ao Serviço, tendo em conta o elevado número de pessoas interessadas;

Considerando que pela localização do Serviço, exatamente no prédio da Delegacia de Polícia, ao lado da Cadeia Pública, há uma natural inibição das famílias em para ali se dirigirem;

Considerando que para o 1º Distrito Policial de Londrina foram destinadas centrais e compatíveis instalações, não obstante o reduzido serviço de tal Distrito se comparado ao do Serviço de Identificação;

Solicita-se ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública que determine estudos no sentido de deslocar o Serviço de Identificação do prédio da Delegacia para um local mais apropriado independente, ou se for o caso, promover a troca de local com o utilizado pelo 1º Distrito Policial.

O atendimento ao solicitado terá junto à comunidade londrinense a melhor repercussão, pois há um pensamento generalizado de que não é justo que as famílias para obterem sua identidade sejam obrigadas a comparecer à Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) DACIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, respeitosamente, o encaminhamento de apelo aos Srs. Deputados representantes do Paraná, na Câmara Federal, no sentido de apresentação de EMENDA AO PROJETO DE LEI que autoriza Contagem Recíproca de Tempo de Serviço aos funcionários Públicos Civis de Órgãos de Administração Federal direta e das Autarquias Federa-

rais e aos segurados do INPS, nos seguintes termos: "Estendendo, facultativamente, aos Estados e Municípios os efeitos de Lei, através convênios entre as partes interessadas".

A presente emenda, como se depreende, possibilitará aos funcionários dos Estados e dos Municípios, também se utilizarem, para efeito de aposentadoria da vantagem, que se pretende oferecer aos funcionários público federal.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) MAURICIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Segurança Pública o presente Requerimento, com as razões seguintes e o consequente pedido:

Que os moradores do Município de Santo Inácio, bem assim dos Municípios vizinhos de Santo Inácio, são obrigados a enfrentar inúmeras dificuldades para a obtenção de carteira de identidade ou para a substituição das que atualmente possuem;

Que Santo Inácio e Municípios próximos, por não estarem ainda servidos por estradas asfaltadas, encontram sempre maiores dificuldades para procurar as cidades de Maringá ou Londrina, a fim de tratarem de assuntos alusivos ao supra-citado documento.

Que a Prefeitura de Santo Inácio está disposta a prestar toda colaboração possível, especialmente quanto ao local para funcionamento, a fim de que ali seja instalado um posto de serviço de identificação.

Em tais condições, faz-se este apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de determinar ao Instituto de Identificação do Paraná, sejam feitos estudos sobre a viabilidade de ser atendida a referida pretensão que, não beneficiaria apenas o Município de Santo Inácio, mas diversos Municípios localizados na mesma região.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) DACIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente Requerimento ao Sr. Diretor Geral do DER, observadas as razões e o pedido seguinte:

Que o trecho de estrada que liga a cidade de Castro à estrada do Cerne encontra-se em deploráveis condições;

Que o referido trecho de estrada é de intenso movimento, pois, além de fazer a ligação da cidade com a Colônia Castrolândia, é ainda o caminho utilizado para as minas de calcário, ligando a sede do Município aos Distritos de Socavão e Abapan.

Que em recente contagem de tráfego realizada, constatou-se elevado índice, especialmente pelo grande número de caminhões que fazem o transporte das minas para a cidade.

Tais motivos sustentam a presente solicitação ao DER para que proceda uma contagem de tráfego naquele trecho de estrada e para que determine urgentes medidas capazes de permitir o tráfego em qualquer condição de tempo, facilitando assim o escoamento da produção advinda do setor agrícola, pecuário e das próprias minas.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) DACIO LEONEL

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 32/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Assis Chateaubriand com jurisdição no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O município de Assis Chateaubriand, situado numa das mais ricas e prósperas regiões do nosso Estado, vem despontando como uma das mais promissoras cidades do Paraná. Com a criação de uma Inspeção Regional de Ensino o que se pretende é atender uma vasta região visando proporcionar um melhor e mais efetivo atendimento na área escolar. Atualmente Assis Chateaubriand se encontra sob a jurisdição da Inspeção de Ensino sediada em Toledo, o que dificulta o entrosamento e um melhor atendimento no ensino daquela Região.

Isto exposto, acreditamos que das mais justas é a criação da Inspeção que ora apresentamos à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis e por certo merecerá a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência deseja comunicar ao Plenário que já foi encaminhado à Mesa o parecer exarado pela Comissão Especial incumbida de opinar sobre o nome indicado pelo Governador do Estado para o cargo de Prefeito de Curitiba.

Assim sendo, na forma do Art. 3º da Resolução nº 2/66, a Mesa convoca a Sessão Especial para amanhã, sexta-feira, às 14.30 horas, ocasião em que a Assembléia Legislativa deliberará sobre o nome proposto pelo Sr. Governador do Estado para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Presidência lembra também que os Srs. Deputados que na Sessão de amanhã desejarem discutir ou encaminhar a votação da matéria deverão inscrever-se previamente.

A Presidência tem a satisfação de comunicar a honrosa presença dos Srs. Prefeitos Municipais Dr. João Aires de Mello e João Samuel de Mello Andrade, de Cândido de Abreu, nos nossos trabalhos de hoje. No Pequeno Expediente, concederemos a palavra ao Sr. Fabiano Braga Cortes, primeiro orador inscrito.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O nosso Estado, o Estado do Paraná, é essencialmente agrícola e sabemos nós Deputados do trabalho do nosso lavrador, da luta do nosso lavrador, sabemos nós também do que representa o lavrador para o desenvolvimento do nosso Estado, o progresso do nosso Estado, e porque não dizer para o progresso da Nação.

Este mesmo lavrador é o homem que acompanhou e nos acompanhou na pregação, na minha e na dos demais Srs. Deputados que hoje compõem esta Casa e quando recebemos uma denúncia de que este mesmo lavrador está sendo espoliado, está sendo roubado, nós levamos a sério estas denúncias e devemos, nós Deputados, deve a Esta Casa, pelas razões já expostas, tomar medidas energéticas quando recebem tais denúncias. Ontem, desta Tribuna, o nobre Deputado Jayme Carvalho, que representa, como eu também, o Vale do Piquiri, especialmente o Município de Goioerê, dentro do fundamento desta Casa e a meu ver e ao ver de todos os Srs. Deputados, tenho certeza, fez um pronunciamento grave, sério, de qual devemos tomar medidas energéticas para apurar os fatos.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a Tri-

buna para solicitar da Mesa uma certidão do pronunciamento do nobre Deputado para, de posse dessa certidão, ir às autoridades, bem como fez o Deputado, ao se dirigir à Secretaria de Agricultura com relação ao acordo de classificação que, no dizer do Deputado, estão roubando esse agricultor, esse lavrador, juntamente, com os maquinistas de algodão da Região. Pediria esta certidão para, de posse dela, além da Secretaria de Agricultura, ir aos órgãos federais, para que os mesmos tomem providências a respeito do fato que, no nosso entender é grave: ir a esses órgãos federais, a órgãos inclusive de segurança, para que olhem, examinem, para que apurem essa séria denúncia, que é grave e não pode o pequeno lavrador, um homem que acreditou em nós para esta Assembléia, ser roubado, ser saqueado, no dizer do nobre Deputado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, segundo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se houver tempo no Grande Expediente, pediria a V. Exa. para ocupar a Tribuna, a fim de tecer algumas considerações sobre a necessidade desta Casa, manifestar-se junto às autoridades federais, no sentido de que providenciem diligência que devem culminar com o retorno no Paraná, da 11ª Divisão Regional da Rede Ferroviária Federal S.A.

Trago para este pronunciamento, no Grande Expediente, estudos realizados sobre a implantação da nova Rodovia do Estado do Paraná, que felizmente está aqui em ouro, o Estado do Paraná, como os Estados que tem maior número de estradas, e que deverá merecer na implantação desta rodovia, constando também, do segundo plano rodoviário Nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste Pequeno Expediente, entre as comunicações havidas, deseja o Governo do Estado comunicar que em data de cinco do corrente, depois de amanhã, a TELEPAR colocará em funcionamento a sua Central de telefonia e discagem direta a distância, DDD na cidade de Francisco Beltrão, e no instante em que a Liderança faz esta comunicação, cumprimentando a população daquele próspero município do Sudoeste paranaense, deseja também informar que as Centrais da TELEPAR da cidade de Francisco Beltrão, Pato Branco serão a partir de depois de amanhã, aumentados em 10 canais, para facilitar a demanda de chamadas interurbanas, para uma comunicação mais rápida com todo mundo.

E portanto, motivo de satisfação e de regozijo, até para o Deputado que representa o Sudoeste do Paraná, poder anunciar a entrada em operação da central de DDD, de Francisco Beltrão.

E na oportunidade, quero convidar em nome do Governo do Estado, os Srs. Deputados da ARENA e do MDB, que desejam participar daquele acontecimento, quer me parecer que veio ainda em tempo, atender uma das solicitações sentidas não só das autoridades municipais, mas das classes conservadoras, profissionais, liberais do comércio, indústria e agricultura daquela Região.

Esta comunicação desejamos fazer no instante em que encaminhamos um Requerimento através do qual pretendo, com o apoio da Casa, que se insira na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de regozijo pelo início, no próximo dia cinco, do serviço de telefonia de discagem direta a distância no município de Francisco Beltrão, que operará pelo Código Nacional 0465. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nosso objetivo, neste Pequeno Expediente, falar sobre nossa cidade, sobre um órgão ali sediado, o 2º CIRETRAN, que não tem meios nem forma para desenvolver seu trabalho.

Mas, queremos deixar este assunto para outra oportunidade e, neste instante, quando usamos deste Pequeno Expediente, já por força de nosso Regimento Interno, não é concedido apar-

te aos oradores que aqui se fazem presentes.

Queremos dizer a esta Casa, a esta Presidência, uma palavra pela qual o nosso companheiro Jayme Carvalho foi solicitado, indiretamente por um dos oradores que nos antecederam.

Tenho em mãos uma cópia do Requerimento do nobre Deputado Jayme Carvalho, o qual, na defesa dos pequenos plantadores de algodão do Vale do Piquiri, representando o pequeno agricultor, o homem ligado diretamente ao campo, não ao Governo, porque é com o pequeno agricultor que S. Exa. se identifica. O nobre Deputado Jayme Carvalho pediu, através de Requerimento, a todos os órgãos competentes, que seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura um urgente apelo dos plantadores de algodão, no sentido de que aquela autoridade determine providências necessárias junto aos órgãos competentes para proteger aqueles homens do campo. Porque, ninguém mais do que Jayme Carvalho quer saber a verdade, que representa o Vale do Piquiri, e que não tem atrás de si a sombra do Governo, mas do povo que o trouxe a esta Casa. Defendendo o nobre Deputado, quero tornar público o teor do seu Requerimento, solicitando aos órgãos competentes que o Sr. Secretário da Agricultura determine uma investigação quanto ao Acordo de Classificação.

Na justificativa, desta Tribuna, o nobre Deputado denunciou o que está ocorrendo com a colheita de tipo de algodoeiro, neste ano, nos municípios além do Vale do Piquiri, dos Municípios de Maringá, Campo Mourão e sua cidade que é Goioerê.

Então, Sr. Presidente, não admitimos que alguém venha a esta Tribuna e fale em órgão de segurança nacional como se fosse sombra para alguém. Nós não temos sombra de ninguém e o Deputado Jayme Carvalho, pela função que exerce, está mais identificado que qualquer revolucionário e trata denúncias de arbitrariedades existentes no Paraná e no Brasil, se necessário, porque nós, como cidadãos, como homens brasileiros que amamos nossa família, nossa terra e nossa região, antes de fazermos qualquer pronunciamento, estamos dando muito de nossa independência.

Queremos justificar ainda mais o pensamento do nobre Deputado, somando com outros Deputados da ARENA, de que realmente o pensamento dominante de qualquer Deputado, nesta Tribuna, é o esclarecimento da verdade e o Requerimento do nobre Deputado é justamente no sentido de que seja apurada a verdade.

Aí está um esclarecimento à Casa através deste pronunciamento que nós do MDB, como os elementos da Arena, fazemos, no sentido de que sempre estejamos atentos a tudo que ocorre no interior do Estado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, quarto orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 31 de março, o Presidente da República enviou projeto ao Congresso Nacional, que possibilita ao funcionário público federal, a contagem recíproca do tempo de serviço para efeito de aposentadoria, seja por invalidez, por tempo de serviço ou compulsória.

Esta lei determina, em seu artigo 2º, que os segurados do INPS que já houveram realizado sessenta contribuições mensais teriam computados para todos os benefícios previstos na lei nº 3.801, de 1960, com as alterações contidas na lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, ressalvado o disposto no artigo 4º, o tempo de serviço público prestado à administração federal direta e as autarquias federais.

Nos demais artigos da Mensagem encaminhada por S. Exa. ao Congresso Nacional estão disciplinados outros aspectos que pudessem ocorrer na solicitação do benefício por parte do servidor público federal.

O objetivo de nossa presença hoje na Tribuna é no sentido de enviar apelo à Bancada Federal do Paraná no Congresso Nacional no sentido de incluir como emenda nesta Mensagem, a ex-

tensão facultativa deste benefício aos Estados e aos municípios para efeito de lei, através de convênio entre as partes interessadas. Entendemos inicialmente que haverá necessidade da aprovação da lei para posteriormente, em termos de Mensagem de competência exclusiva do Governo do Estado, se iniciar um convênio neste sentido com os órgãos federais.

Analisando juridicamente entendemos que se não existir na Mensagem ora em tramitação no Congresso Nacional, a faculdade de estender o convênio aos Estados, haverá necessidade posteriormente, dos Estados e municípios interessados em beneficiar os funcionários com essas vantagens, obterem nova autorização legislativa no Congresso Nacional.

É justo que se estenda o mesmo benefício aos funcionários dos Estados e municípios que terão, para efeito de aposentadoria a possibilidade de contarem o tempo de trabalho prestado junto as entidades particulares. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente a minha solidariedade ao Deputado Jayme Carvalho, representante não apenas de direito, mas de fato, do Vale do Piquiri.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que uma das causas das deficiências ou insuficiências do Poder Legislativo, seja justamente a falta de informações. E, via de regra, um Poder mal informado, porque não dispõe de instrumento que serve a Executivo, que fica na dependência de informações que demoram, que não se prestam com rapidez. Esta Casa tem assistido muitos e muitos pedidos de informações a Secretarias, pedidos feitos por Deputados, Prefeitos e Vereadores a respeito de estradas, a respeito de pavimentação asfáltica, de revestimento primário, ou outras de arte em outros setores.

Ninguém sabe ao certo como vêm sendo realizadas as obras rodoviárias no Paraná. A administração pública informa e divulga o que interessa e convém divulgar, vez por outra, geralmente divulgações em tom laudatório. Muitas perguntas são feitas sobre quando serão concluídas determinadas estradas, determinadas obras. E ninguém ao certo, pode responder, fica tudo na dependência do diz-que-diz. Fica na dependência de uma possível informação que algum Deputado possa prestar da Tribuna, como se fosse informação privilegiada, que só ela tivesse.

Por isso é que achamos que o Paraná deve saber o que se está fazendo em torno de obras rodoviárias no Estado.

Lemos aqui, há poucos dias, uma declaração de Guarapuava, em que o MDB pedia um plano de emergência por asfaltamento das estradas do Paraná. E vimos hoje, nos jornais, que o Secretários de Transportes se deslocou até a Região Oeste, para ali dar início ao novo plano rodoviário para atender aquela Região.

Mas o Paraná inteiro pede obras rodoviárias, pede estradas, pede asfalto; é o Paraná inteiro que pede maior atendimento deste Governo que ora se inicia. O oeste precisa de estradas, o Norte, o Noroeste, o Sul, o Centro, todo o Paraná precisa de estradas. Muitas obras foram iniciadas e não se sabe quando serão concluídas. Muitas obras estão paralisadas e ninguém explica por que elas foram paralisadas e os prejuízos que trouxeram essas paralisações.

Por isso, pretendendo que esta Casa seja bem informada, bem esclarecida, é que pretendemos que a Secretaria dos Transportes preste esclarecimentos sobre a situação rodoviária do Paraná. E é por isso que vamos submeter à apreciação deste Plenário, o seguinte pedido de informações. (Lê):

Senhor Presidente.

Os Deputados que esta subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a V. Exa. que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à SECRETARIA DOS TRANSPORTES, solicitando as seguintes informações:

1 — Quais as estradas que estão sendo abertas, revestidas primariamente e pavimentadas em todo o Território Paranaense, e quais são os projetos que estão em elaboração?

2 — Quais as empresas que são responsáveis por essas obras?

3 — Quando foram celebradas as concorrências, assinados os contratos e quais os preços e os valores constantes dos respectivos contratos? Esses contratos prevêem reajustamento de preço?

4 — Quando foram iniciados os trabalhos e quais as datas previstas para a conclusão das obras contratadas?

5 — Todas as empresas contratadas estão obedecendo as datas fixadas nos contratos? Os cronogramas estão sendo respeitados?

6 — Quais as obras que foram paralisadas, depois de iniciadas e quais as razões da paralisação? Em que fase da obra ocorreu a paralisação?

7 — Quais os contratos que tiveram os seus valores ajustados, nos nomes das empresas, em que base e porque razões foram reajustados? Em que data se deram esses reajustamentos?

8 — Quais as providências legais que foram tomadas contra as empresas inadimplentes e quais os nomes dessas empresas?

9 — Quantas ações estão sendo promovidas contra o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, objetivando indenização em virtude de expropriação indireta? Qual o comportamento da SECRETARIA DOS TRANSPORTES junto às vítimas dessas costumazes expropriações indiretas?

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

a) DENI SCHWARTZ

Estas as informações que endereçamos à Secretaria dos Transportes. Creio que, como seu titular é um homem honrado e nada tem a esconder, prestará com toda a rapidez as informações consubstanciadas neste Requerimento que, com muita honra e orgulho, assino com o Deputado Deni Schwartz. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está findo o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o meu modesto pronunciamento, gostaria de saudar a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro e também a Bancada da Aliança Renovadora Nacional, pois este é o primeiro pronunciamento que faço nesta Legislatura. Fiquei observando os Deputados que se elegeram em 15 de novembro de 74, e dessa observância me foi possível aquilatar a responsabilidade de cada um que diz respeito às suas atividades nesta Casa Legislativa.

Desejo também saudar a Comissão Executiva, na pessoa de seu Presidente, Secretários e Vice-Presidente.

Hoje é importante para mim porque na Legislatura passada éramos apenas 9 Deputados do MDB e 38 da Bancada Arenista.

Mas, passaram-se os quatro anos e houve, sem dúvida alguma, uma mudança que veio de encontro aos interesses do Paraná, dos paranaenses e porque não dizer do Brasil, pois o Paraná é considerado como o quinto da Federação Brasileira e, portanto, respeitado pelos demais.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos apenas fazer um comentário a respeito do Jornal "O ESTADO DO PARANÁ", de domingo, a respeito do pronunciamento feito pelo General Comandante do II Exército, de São Paulo, ou do Estado de São Paulo, quando disse que o Exército está unido, sob as ordens do Presidente Geisel e de seus Ministros.

Isto nós todos sabemos, não é somente o Exército, somos todos nós, porque quem serve o Exército são os nossos irmãos, os nossos filhos, e ninguém mais brasileiro do que nós, estamos sempre alertas, em defesa de nossa pátria, desta nossa querida Nação.

Vimos e observamos, e não achamos fundamento naquele pronunciamento, porque se somos todos irmãos, a Revolução de 64 criou também o MDB e a ARENA, está regendo esta Pátria, através da sua Constituição, a qual respeitamos. Existe a Pátria mas Pátria sem grupos sociais não é ninguém, a Pátria somos todos, a Pátria e a sua soberania e respeitada por outras nações, e são respeitos que nós, brasileiros, em conjunto, sabemos dar aos nossos chefes e aos nossos irmãos.

Passo a ler, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um tópico do discurso de Ulisses Guimarães, que diz o seguinte: Lê:

"As forças Armadas tem como patrono, Caxias, e como exemplo, Eurico Gaspar Dutra, cidadão que glorificou sua espada na defesa da lei e na proteção à liberdade. O General Geisel a ela pertence, dignificou-a por sua honradez e dela saiu, para o supremo comando político militar do Brasil".

Isto mostra mais uma vez, que nós sempre estaremos unidos, nós somos sempre um só, como há pouco tempo ainda usei esta frase numa reunião: Na defesa de um são todos, e todos por um.

Este é o meu pensamento com referência ao pronunciamento do Comandante do II Exército.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para não tomar muito tempo, eis que hoje há 4 ou 5 inscritos para o Grande Expediente, passarei à leitura do Requerimento que desejo encaminhar na tarde de hoje. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER A V. Exa. que reitere apelo aos Ministros da Agricultura e Indústria e Comércio bem como a SUNAB, no sentido de incluírem os moinhos das zonas produtoras do Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná, no rateio de cotas estabelecidas para a industrialização do trigo e liberação imediata da moagem colonial.

Este apelo se justifica, em razão de ser o Paraná hoje, um dos maiores Estados produtores deste cereal no País, e, a cota fixada pela SUNAB, para a moagem do produto, está estabelecida em apenas 131.757 toneladas, de acordo com a Portaria Super nº 138, de 05/07/73, daquele Órgão Governamental da indústria moageira paranaense, não atende, sequer, cinquenta por cento das necessidades de abastecimento do Estado, hoje estimada em 240 mil toneladas, o que obriga a importação do trigo industrializado de outras unidades da Federação, como São Paulo, que moe a nossa produção. Ora, isso provoca, como é óbvio, aquilo que os políticos já denominaram "passeio do trigo", com o encarceramento do produto, em razão dos elevados fretes.

Há, ainda, para agravar o problema, o estabelecido pelo Parágrafo Segundo do Artigo 15 do Decreto Lei nº 210, que estabelece para a indústria moageira nacional, uma produção de farinhas e resíduos, nas proporções de 78 e 22%, respectivamente. Verificamos com isso, que o Paraná é abastecido somente com 102.770 toneladas de farinha, insuficientes para o normal suprimento da população paranaense que conta com mais de 10 milhões de habitantes. A cota fixada para o nosso Estado é inferior várias vezes a do Rio Grande do Sul, e de São Paulo.

O fechamento de pequenos moinhos que se destinavam a prestar serviços ao pequeno produtor que cultiva o trigo para sua subsistência (produção doméstica) por não estarem enquadrados no rateio de cotas estabelecidas pelo Decreto Lei nº 210, veio a causar inúmeros problemas à região. O Norte, Oeste e o Sudoeste do Paraná, por ser uma Região onde predominam os minifúndios, esta resolução tornou problemático o cultivo do trigo em pequenas quantidades, pois de acordo com o Decreto Lei nº 210, tanto o abastecimento como a sua comercialização e industrialização é controlada pelo Governo Federal, e a produção do trigo nacional só pode ser adquirida pelo Banco do Brasil; em resumo, o pequeno produtor está impossibilitado de utilizar sua produção para sua própria alimentação, obrigando-se a vendê-lo

ao Banco do Brasil.

Neste momento, em que está em discursos a "Campanha da Fraternidade", justo e humano é que se ampare os moageiros coloniais, assim como se estabeleçam maiores cotas de moagem.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1975.

a) HELIO MANFRINATO

Pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, verificamos este Decreto baixado em 1973 pelo Sr. Ministro da Indústria e da Agricultura, que ocasionou, Sr. Presidente, sérios problemas sociais. Os pequenos lavradores como acabei de dizer aqui no meu Requerimento, ficaram em dificuldades, pois muitos deles plantavam o trigo para que pudessem se sustentar, e com este Decreto, todos os moageiros coloniais, e talvez nem o Ministro nem o Sr. Presidente da República tenha conhecimento do problema social que se está criando. Ainda vejo aplicado no fim de 74, quando o Sr. Bispo Metropolitano, junto ao Governo, empenhava a Campanha da Fraternidade "REparta o seu Pão" e o Sr. Ministro tira a farinha do pão dos nossos lavradores. Tenho a certeza que este meu Requerimento humano como deve ser o pensamento de todos, deveria ser aprovada com unanimidade nesta Casa e levado ao conhecimento das autoridades competentes os danos causados por este decreto baixado, nós vemos que não é só no País que a situação sócio-econômica cada vez mais se torna difícil, vemos o salário miseravelmente, não dando condições de sobrevivência para atender o lavrador.

E nós, brasileiros, que temos o orgulho de morar numa terra importante, e história que de tudo se produz, não é possível que a fome venha a avassalar nossos irmãos.

E esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contarmos com o apoio dos nobres Pares, para que todos votem por unanimidade nosso Requerimento.

Queremos deixar a Tribuna, porque eu tenho ainda um outro Requerimento para encaminhar. Mas a pedido de amigos que também pretendem aqui chegar, voltaremos numa próxima oportunidade.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LUCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa inscrição no Grande Expediente de hoje, até há instantes, no início dos trabalhos desta Casa, estava com o destino ligado a determinado objetivo.

Entretanto, devido os debates que feriram no início da sessão de hoje, a sensibilidade de estrutura e de luta dos homens de meu Partido, vi por bem desviar-me daquele objetivo para analisar o acontecimento. O lavrador do Paraná, e porque não dizer, deste País, parece que se tornou nestes últimos dez anos, um objetivo constante dos debates. Debates nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas dos Estados, nas duas Casas do Congresso Nacional. Uns parecem como denunciadores, e constantemente, para a nossa sensibilização, como homem do povo e como representante das aspirações populares, temos visto com tristeza que um homem que se levanta e tem a coragem de denunciar o abandono em que vive o lavrador deste País, passa a ser denunciado.

Foi o que vimos hoje, quando o companheiro, ilustre e preclaro Deputado Jayme Carvalho, representante, principalmente do Município de Goioerê, ontem aqui se levantou para advogar as injustiças que se fazem com os lavradores de sua região, e que, hoje, foram contestadas pelo também ilustre, preclaro e inteligente Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. acabou de dizer que eu, ao ocupar a Tribuna, havia contestado o nobre Deputado Jayme Carvalho. Mas, quando ocupei a Tribuna, estoriei o meu pensamento

e creio, o pensamento da Casa, com relação ao nosso Pequeno Lavrador. Estoriei a função do lavrador no desenvolvimento de nosso Estado, dizendo que o nobre Deputado Jayme Carvalho havia feito uma denúncia séria e que nós Deputados não poderíamos ficar calados diante de tal denúncia. Jamais critiquei, jamais pretendia criticar, o pronunciamento do nobre Deputado Jayme Carvalho, porque foi um pronunciamento sério. E a nossa função nesta Casa, é justamente essa: denunciar as irregularidades. E se eu tivesse recebido as denúncias que V. Exa. recebeu, teria agido da mesma maneira, assumindo a Tribuna e como S. Exa. o fez.

De sorte que quero esclarecer a Casa que requeri essa certidão para dela me valer, para exigir a punição dos homens que, segundo o nobre Deputado Jayme Carvalho, estão roubando o nosso lavrador.

Com isso, nobre Deputado, quero também responder o pronunciamento do deputado Luiz Carlos Zuk, a função nossa, nesta Casa, é denunciar. E eu repito, para ficar bem claro, que se eu tivesse recebido as denúncias que S. Exa. recebeu, teria agido da mesma forma, da mesma maneira, e ficaria grato se algum colega meu pedisse tal certidão para levar adiante tal denúncia.

Era só isso e agradeço a gentileza de V. Exa. em me conceder este aparte.

O SR. LUCIO MACHADO — Sou eu quem agradece o brilhante aparte de V. Exa.

Permito-me a continuar as considerações sobre a vinda de S. Exa. nos trabalhos de hoje, participando, no Pequeno Expediente, fazendo com que todos nós, inclusive os membros da ARENA, com assento representativo nesta Assembléia, entendessemos que V. Exa., a princípio, não pensou em absoluto na resolução do problema denunciado. Parece caracterizado, de denunciar o denunciante.

Isto foi, Srs. Deputados, o que nossa Bancada entendeu. E foi esse o motivo com o Deputado Luiz Carlos Zuk, atuante representante de Ponta Grossa contestou, com veemência, a atitude do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes.

Aliás, Deputado Fabiano Braga Cortes, nós sempre o admiramos pela sua educação, pelo seu respeito, pela sua preclariade, no trato com os demais Pares nesta Casa. Mas hoje perdeu um pouco S. Exa., no instante em que dizia que levaria o pronunciamento do nobre Deputado Jayme Carvalho, para que dele se valesse, para que dele fossem deduzidos atos que caracterizam violência.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Perdoe interromper o discurso que faz V. Exa., mas inicialmente, a título de esclarecimento, devo situar a posição da Arena no episódio. O Deputado Fabiano Braga Cortes antes de assomar a Tribuna, consultou a Liderança sobre a viabilidade de requerer a certidão do pronunciamento feito ontem desta Tribuna pelo Deputado Jayme Carvalho. Porque, nobre Deputado, assisti a reunião de ontem e ouvi o pronunciamento do Deputado e, desta Tribuna, ele se referiu a funcionários públicos taxando de ladrões e outras expressões mais pejorativas e pesadas. O sentido do pronunciamento do Deputado Fabiano Braga Cortes, foi o de fazer com que a certidão das notas taquigráficas fosse capeando o Requerimento de S. Exa. para que as autoridades entendessem a gravidade da denúncia feita aqui. Porque não é possível que estejamos nesta Casa ouvindo verbosidades, sempre em voz elevada desta Tribuna, chamando todo o mundo de ladrão, sem que se dê os nomes dos funcionários denunciados para podermos exigir das autoridades a sua punição. Porque existe lei para punir o servidor público, o funcionário corrupto e ladrão, como as expressões do Deputado desta Tribuna. Foi esta a intenção do Deputado Fabiano Braga Cortes, e não vejo porque haja tanta solidariedade ao pronunciamento do Deputado Jayme Carvalho, pretendendo dizer que nosso colega de Bancada pretendia valer-se deste pronunciamento contra um colega nosso nesta Casa.

Não foi este o sentido. Os Senhores leiam as notas taquigráficas para entenderem o propósito de nosso companheiro de representação nesta Casa. Obrigado.

O SR. LUCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa, e quero deixar aqui a minha dúvida, a alta dúvida, a incontestável dúvida de que algum funcionário denunciado nesta Casa vá ser punido, vá, acima de tudo, ser posto na rua para exemplo da dignidade funcional.

O SR. IVO THOMAZONI — Desde que identificado.

O SR. LUCIO MACHADO — Duvido que isto vá acontecer. O que não há dúvida, digno representante do Governo nesta Casa, é que o lavrador deste Paraná continue por anos e anos sendo espoliado como tem sido constantemente, vendo seus filhos atirados como estão há muitos anos na miséria, vendo o produto de seu trabalho de cada ano se perdendo na roça, porque até tem falta de condições de transportar o produto de seu sacrifício, do sacrifício de famílias inteiras.

Isto, acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito perigoso. Se os olhos do Poder não se abrirem imediatamente para a solução do problema do homem que lava a terra, dos homens que se constituem na segurança da subsistência de 120 milhões de brasileiros, estaremos marchando a passos largos para uma triste revolução, a revolução mais perigosa, a revolução da fome, porque a descrença nos homens públicos já nasceu. E o produtor de batata que comparece aqui para pedir de joelhos a um Deputado para que diga em alta voz da Tribuna do povo que o Governo tome algumas medidas, no sentido de que ele possa, pelo menos, cumprir suas obrigações com os Bancos.

E o produtor de todos os produtos, principalmente da agricultura temporária, do arroz, do feijão, do milho, da batata, do algodão e tantos outros, que estão abandonando a terra. E o êxodo rural que se vê nos quatro cantos deste País.

E o homem público como já disse, desde as Câmaras Municipais até o Congresso Nacional, bem intencionados, levanta-se, expõe e grita e às vezes usa até pejorativos violentos, como usou o nobre Deputado Jayme Carvalho, para ver se acorda a consciência nacional, para ver se acorda a consciência do Governo, para ver se acorda a consciência administrativa deste Estado e deste País, para salvação do barco que está afundando a cada dia que passa.

Que essa violência se transfira para outros quadrantes e que venha aqui somente a polêmica objetiva de resolução do problema do povo, Se queremos chegar a um lugar de paz social, onde a vida seja mais vida para aqueles que não vivem, que subsistem sob a pena do sacrifício, que é o lavrador brasileiro. E preciso que haja mais sinceridade nos pronunciamentos, é preciso que haja mais respeito quando se pronunciam a favor de uma classe, principalmente a classe que é a mais laboriosa deste País.

Vemos aqui que Murilo Mello Filho, no livro intitulado, "Desafio Brasileiro", esse livro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi escrito para dar ênfase à produtividade desses 10 anos, entretanto, aqui há trechos que correspondem exatamente ao nosso pensamento de representante do povo. Este livro que foi impresso em 1970, dizia sobre fatos que correspondem aos acontecimentos que a cada dia se agrava mais. Diz ele alguma coisa sobre o lavrador. Vemos aqui o que diz o contexto: "as alternativas que só ofereciam a Zé Crispim, matador profissional.

Advertiu que apenas 5 países estão produzindo mais comida do que os seus povos consomem: Estados Unidos, Rússia e China travam nos campos uma guerra decisiva. Mais alimento com menos trabalho.

90% da terra na América Latina concentra-se nas mãos de menos de 10%. Isso em 1970. Esses dados estatísticos são exatos. Hoje essas mesmas terras concentram-se apenas nas mãos de 7%, isso porque o lavrador desprotegido de seus representantes, abandonam a terra. Estão se aconchegando às beiras das cidades, estão aumentando, proliferando cada vez mais a promiscuidade

através das favelas. Estão criando problema social que naturalmente crescendo dia a dia, serão incompatíveis dentro de pouco tempo, se medidas não forem tomadas.

Mas já falamos aqui, quando Zé Crispim morreu, há 5 anos passados, camponês de 23 anos, foi assassinado em Alagoas como pistoleiro profissional, ele recebia 2.500 cruzeiros pela cabeça de cada fazendeiro ou político que matasse a mando de outro fazendeiro. Perguntado Zé Crispim depois de também ter sido vítima de um tiroteio, na hora quase da sua consumação, porque abraçou a profissão de pistoleiro, de matador. Ele respondeu: Porque sou lavrador e o lavrador ganha apenas Cr\$ 50,00, e de cada morte que faço ganho Cr\$ 2.500,00.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito e tenho certeza porque vi com meus olhos de consciência nos 45 anos de trajetória pela terra, eu acredito e tenho certeza que o lavrador é a base fundamental, é o esteio de segurança desta Nação porque ela é essencialmente agrícola. A produção econômica advinda da terra representa, sem dúvida alguma, a segurança e a estabilidade deste País.

É preciso que se faça comissão, mas comissão não para verificar a denúncia de um Deputado que aqui veio para falar na defesa do agricultor; é preciso que se faça comissão para verificar a situação do lavrador; é preciso que se faça constantemente comissões para defender os interesses destes homens, do operário que anonimamente e diuturnamente luta pela grandeza nacional.

Lamento meu prezado Deputado Fabiano Braga Cortes, e meu prezado Deputado Ivo Thomazoni, líder do Governo, que tivesse que vir aqui para contestar, de certa forma, seus pronunciamentos.

Se o pronunciamento do Deputado Jayme Carvalho deve ser submetido a uma análise que seja submetido a esta análise mas sem ameaça. O nobre Deputado do meu Partido, do MDB, teve como objetivo tão somente trazer, como trouxe, para debater os fatos estardalhaçadores que estão acontecendo em sua Região, contra o homem que tem que ser protegido e que tem sido mais desprotegido nos últimos anos, que é o lavrador.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria primeiramente cumprimentar V. Exa. que ratifica o pronunciamento dos homens que compõem o MDB, nesta Casa.

Quando alguém ascende a Tribuna pertencente ao MDB, é pensamento unânime do Partido dar uma amostra de solidariedade não somente aos nobres Deputados da Arena nesta Casa, não somente ao povo paranaense, mas à Nação porque aqui estão 25 homens paranaenses identificados com uma só razão que é servir o Paraná e denunciar os fatos que, realmente, forem necessários.

Estaria aqui nesta Casa cobrando do nobre líder da Arena Deputado Ivo Thomazoni, todas as suas palavras neste Plenário. Há dias passados, fatos aqui foram denunciados relacionados com as atividades policiais no Sudoeste do Paraná. Quero, com a mesma veemência, com que fez o nobre líder da Arena, solicitar que na oportunidade, em que forem identificados os responsáveis por aqueles desmandos, sejam eles Delegados de Polícia arbitrários, sejam eles Delegados de Polícia nomeados através de políticos viciosos, sejam eles afastados imediatamente e os componentes daquele esquadrão que lá se encontram, da Polícia Militar, os seus comandantes sejam punidos na forma da lei, como falou o nobre líder do Governo. Também quero endossar as suas palavras em nome do MDB muito mais, dizer que nós, nesta Casa, se agora referendamos pela palavra do Líder, de que os responsáveis serão punidos, queremos empenhar ainda mais a nossa palavra ao nobre Líder: conte com o consentimento do MDB, tenha V. Exa. na sua consciência que, os 25 Deputados do MDB, se já admiravam a sua pessoa, hoje o admiram muito mais, pela sua palavra empenhada publicamente, de que, os responsáveis

serão punidos. Iremos cobrar a sua palavra em nome do Governo que V. Exa. representa. Meus parabéns, nobre Líder. Estaremos atentos. Após a identificação, viremos a esta Tribuna mostrar os nomes e cobrando, com a sua anuência, realmente, aquilo que se deve fazer para os culpados.

Nossos parabéns ao nobre Líder Deputado Ivo Thomazoni.

Queremos complementar, tão somente, dizendo que esta solidariedade dos homens do MDB seria igual aos dos homens da Arena, se o caso fosse inverso.

Queríamos ao encerrar, agradecer as referências do nobre orador que ocupa esta Tribuna, que identifica o pensamento unânime desta Casa, como também agradecer a coerência do eminente Líder da Arena desta Casa, afirmando que os culpados serão punidos.

Meus parabéns, ao nobre Deputado Lúcio Machado. Muito obrigado.

O SR. LUCIO MACHADO — Ao concluir o meu pensamento sobre o lavrador deste Paraná, permitam-me esclarecer a atuação dos integrantes desta Casa, principalmente na minha Região a região Norte Pioneiro do Paraná.

Há 10 anos passados, centenas de fazendas existentes naquela região, principalmente fazendas de café, mantinham núcleos de habitação, havendo mesmo propriedades que abrigavam 100 a até 150 famílias. Algumas das fazendas lá existentes, aquelas de maiores posses davam assim uma presença social mais ou menos correspondentes ao direito do ser humano, dando aos seus colonos, casa com água e luz, dando aos seus colonos condições para que eles pudessem manter uma horta de onde tirassem alimentos secundários para as suas famílias, davam condições para que o lavrador pudesse exercer uma série de atividades paralelas, no momento em que eram despachados dos serviços obrigatórios da fazenda. O lavrador mantinha a sua família numa condição social de respeitabilidade.

Eu não sei porque, não sei o motivo, quando se alardeia nos quatro cantos deste País a independência econômica do povo, a vivência da felicidade da gente brasileira, que, na minha cidade constituíram-se favelas nestes 10 anos. Nas outras cidades de minha Região também nasceram favelas e crescem assustadoramente porque os patrões, os fazendeiros, sentindo a falta de proteção econômica do Governo e vendo as suas condições de produtividade, vendo nela a incapacidade de manter sob sua responsabilidade os trabalhadores rurais, mandaram todos embora. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

As casas estão vazias, as casas estão apodrecendo e aqueles lavradores que trabalham, que vivem e que moravam e que tinham condições de dar pelo menos uma segurança social à sua família, se acotovelavam em promiscuidade e fomos chamados "caminhões de bóias frias" pelos madeireiros e quantos vão em busca dos patrões diaristas. Os patrões que só pagam a diária e que não respondem por nenhuma obrigação trabalhista. E o crescimento do desenvolvimento alardeado por aí, então, nós não sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se vimos aqui para representar a aspiração e a necessidade do povo ou aqui vimos simplesmente para fazer parte de um clube que troca a sua diretoria de quatro em quatro anos, para tomar o tradicional cafezinho, que é tão bem servido e esquece e só se lembra dos problemas do povo na outra vez, quando voltarmos em campanha política. Eu não farei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a estrutura de pensamento, não for mudada, se eu não vir produtividade de respeito aos homens do povo, eu jamais irei para aqui voltar e dizer que sou Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Estamos assistindo atentamente o discurso, com brilhantismo que lhe é peculiar, nobre colega, de minha região, Lúcio Machado, ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, do extinto Partido Trabalhista Brasileiro, que também era o Prefeito em Joaquim Távora cidade vizinha do mesmo Partido. Nós vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que

o euforismo de V. Exa. o brilhantismo peculiar aos homens da estirpe de V. Exa. e dos valorosos companheiros, tanto da Bancada do MDB como da Bancada da Arena, outra vontade, a não ser do que acertar, mas sabe V. Exa. que a Revolução redentora de 64, num país quando a baderna imperava, quando éramos lançados quase que ao caos social, quanto estávamos derivando de um País essencialmente cristão para um País da linha comunista, e é por isso que sofre essas calúnias e é por isso que de fato existe o efeito legislativo da Revolução, que há de ser reparado com a ajuda de V. Exa. e com a ajuda do Governo da Arena, que não quer outra coisa a não ser o bem estar de sua gente e de sua terra. Agora peço a V. Exa. só por um prisma. Devemos apontar os erros mas também devemos apontar as virtudes porque até 64 o colono, apesar de ter tudo, não tinha aposentadoria, ele ia ou para o albergue ou para o asilo pedir esmolas ou nas ruas. Hoje, graças a Deus, graças a boa vontade de homens como V. Exa., estamos procurando aprimorar o regime. Isto aconteceu nos Estados Unidos e acontece sempre que o País está em revolução, acontece sempre quando o País procura melhorar a sua terra e a sua gente e é por isso que o Governo da Revolução há de acertar haveremos de vir aqui talvez daqui dois ou três anos, para nos redimir destas injustiças, porque esta deve ser dada com o título de cobrança ao Governo, e não como crítica a um Governo que democratizou social e cristamente o País, a um Governo que salvou V. Exa., nos salvou nossos filhos para que derivássemos para a linha comunista e é neste momento que peço venia a V. Exa., para que os companheiros da Arena e do MDB possam fazer da sua conduta que digo também, os benefícios que a Revolução redentora de 64 trouxe ao Brasil e sua gente.

O SR. LUCIO MACHADO — V. Exa. é revolucionário, nós do MDB nos julgamos muito mais revolucionários, porque aqui estamos exercendo o alto papel da Oposição. Nós estamos aqui, trazendo a luz da verdade; estamos aqui fazendo auto-crítica pela falta de compreensão por parte dos homens públicos que aqui vem representar o povo glorioso deste Paraná.

Porque nós da oposição estamos aqui com um só objetivo: que é o de denunciar fatos que prejudiquem o interesse do povo do Paraná. E cabe esta denúncia, a resolução por parte do Governo, porque a denúncia está constatada. E nenhum dos Senhores poderão negar isso. Os lavradores estão cada vez mais esquecidos, estão cada vez mais abandonados, cada vez mais relegados. É preciso que a ARENA e o MDB nesta Casa tenham como objetivo precípua defender os seus interesses partidários em defesa desta classe social, que é sem dúvida nenhuma a classe que representa a grandeza deste País.

Nobre Deputado Gabriel Manoel, concederei a V. Exa. o aparte, em outra oportunidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, terceiro orador inscrito.

O SR. OTASSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados Como os Senhores sabem, não pode o Deputado do MDB ser inscível diante das grandes realizações do Governo do Estado, suas obras, seus feitos, pois nós estamos na OPOSIÇÃO apenas como contingência efêmera, pois o povo do Paraná só aguarda a oportunidade de entregar ao MDB o comando deste Estado.

Mas, meus queridos companheiros da ARENA e do MDB, hoje vim a esta Tribuna para elogiar o Governo. Elogiar o Governo do Sr. Jayme Canet Junior, pela sua coragem histórica de denunciar, na cerimônia de posse dos novos assessores da SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS, a desumanidade que sempre caracterizou os governos arenistas e que agora, graças a Deus, graças a este magnânimo Governador da ARENA, não mais vão ocorrer, porque serão respeitados os direitos humanos dos servidores públicos estaduais de sobreviver.

Quero encaminhar ao ilustre e honrado SECRETÁRIO DOS RECURSOS HUMANOS, ADVOGADO GASTÃO DE ABREU PIRES, os parabéns deste Deputado e do MDB pelo espírito público ao declarar diante de seus assessores e diante do povo do Paraná, através das notícias distribuídas pelo Departamento de Divulgação do Estado, que AGORA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SERÃO TRATADOS COM DECÊNCIA E DENTRO DOS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A HIERARQUIA.

E reconhecendo que o funcionário público é peça indispensável no próprio desenvolvimento do Paraná, disse o Sr. Gastão de Abreu Pires:

"A participação do funcionário público é muito grande no processo de desenvolvimento do Estado e por isso o Governador Jayme Canet Junior quer que a classe tenha da Secretaria de Recursos Humanos, o melhor atendimento".

E fez o ilustre Secretário uma afirmação muito importante:

"Estou pronto para atender com todas as minhas forças os injustiçados".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Injustiçados, sabem os Senhores, são exatamente os funcionários públicos estaduais, em todas as escalas, pois seus salários, em comparação com a pujança do Estado que eles ajudam a desenvolver, chegam a ser ridículos".

Aumentada a prestação, com descontos que superam a própria capacidade de resistência dos servidores, ganhando salários de miséria e obrigados a uma representação acima das suas possibilidades, os funcionários públicos estaduais sempre foram tratados, pelos governos da ARENA, sem o princípio de decência compatível com as próprias condições do homem.

O próprio Secretário Gastão de Abreu Pires, homem de excelente formação cristã, reconhece esta desumanidade, afirma a existência da indecência no tratamento ao servidor e promete defender os injustiçados.

E o Sr. Secretário pode contar com a posição deste Deputado, o MDB está aqui, nesta Casa, trazido principalmente pelos INJUSTIÇADOS, pelos funcionários públicos que ganham salários de fome, pelos professores que ainda não tem o seu ESTATUTO DE MAGISTÉRIO porque no Governo do engenheiro Emílio Gomes, o Secretário Véspero Mendes, Secretário do Governo, considera o funcionário público, como simples número de relatórios, jamais oferecendo a estes funcionários um milímetro de atenção, de cuidado ou de sensibilidade, um milímetro de amor, de compreensão, de bondade.

E o ESTATUTO ficou nas suas mãos, nas suas gavetas, enfim, em algum lugar da SECRETARIA DO GOVERNO, enquanto milhares de professores continuavam a ser tratados sem nenhuma consideração pelos critérios políticos que são, lamentavelmente, os que continuam a predominar neste Estado.

O Secretário Gastão de Abreu Pires, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma luz que se acende na escuridão da vida do servidor público.

Suas palavras, ao menos, são palavras de um homem com sensibilidade e com profunda sensibilidade.

E se ele *conversar* com os funcionários humildes do Palácio Iguaçu, com as serventes, com os escreventes, com os auxiliares de escritório, ele verá que são milhares os injustiçados dentro do Estado.

Ele verá que enquanto existem aposentados, no Tribunal de Contas, que *não chegaram a esquentar as cadeiras daquela Colenda Corte*, ganhando milhões de cruzeiros de aposentadoria, viúvas de dedicados servidores, de homens que morreram debruçados em suas mesas de trabalho, morrem, aos poucos, de fome.

Converse, Sr. Secretário, com as professoras primárias; vá às escolas, aos Grupos Escolares dos bairros de Curitiba e de alguns Municípios. Converse com as serventes destas escolas. Fale, Sr. Secretário, com as datilógrafas de seu gabinete que são fun-

cionárias públicas e que não foram contratadas graças ao bilhete de um poderoso padrinho.

E este o apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que desejo fazer ao Secretário Gastão de Abreu Pires, agora que se descortina a sua disposição de tratar com decência o servidor público.

Veja que o funcionário público não tem condições de sustentar os seus filhos; que ele está sendo obrigado a buscar outro emprego para completar o seu orçamento familiar.

Sinta que o motorista do Estado, muitas vezes, é também chofer de taxi, e atravessa a noite trabalhando para levar comida à sua família, à sua casa.

Sinta que as professoras estão descontentes, que os funcionários da administração estão descontentes e que até os profissionais liberais, os funcionários de nível universitário, ganham vencimentos de miséria.

E o Sr. Gastão de Abreu Pires poderá, já em um dos seus primeiros atos desta Secretaria de Recursos Humanos, que é a parte de uma REFORMA ADMINISTRATIVA QUE CUSTOU CARO AOS COFRES PÚBLICOS, poderá levar ao SENHOR GOVERNADOR este retrato de miséria e de fome, este quadro estarrecedor que é o quadro dos funcionários públicos de decência, e de hierarquia dos servidores estaduais, seja uma mensagem equiparando, ao menos, os salários dos funcionários públicos do Paraná, à atual situação do custo de vida".

São estas as nossas palavras e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Parecer ao Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros.

(O Sr. 1º Secretário lendo):

PARECER AO REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO ADALBERTO DAROS

Entendemos que os motivos alegados, de nenhuma forma justificam o impedimento do Senhor Deputado Alfredo Gulín, na votação que se refere à aprovação prévia da indicação do Prefeito de Curitiba.

O grau de parentesco do Senhor Deputado com o Senhor Vereador Donato Gulín, ora em exercício nas funções de Prefeito da Capital, não dizem respeito a mensagem Governamental que será apreciada pela Casa.

É notório que a Mensagem se refere ao nome do Engenheiro Saul Raiz, com o qual o Sr. Deputado não tem nenhum laço de parentesco.

Já no tocante às afirmações de "notória vinculação", do Sr. Deputado Alfredo Gulín com o "transporte coletivo da Capital", são tais afirmações irrelevantes e destituídas de qualquer suporte legal capaz de conduzir o Sr. Deputado ao suposto impedimento.

A definição do problema é simples.

Basta a leitura atenta do artigo 158 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que serviu de base ao Requerimento. Para que se observe da impertinência e do completo descabimento do Requerimento formulado.

Diz o artigo 158 do Regimento Interno:

"NENHUM DEPUTADO PRESENTE PODERÁ SE ABSTER DE VOTAR, SALVO:

A) —

B) — SE SE TRATAR DE CAUSA EM QUE TENHA INTERESSE INDIVIDUAL".

O referido artigo não proíbe.

O referido artigo não impede.

O referido artigo, simplesmente, regulamenta as condições

pelas quais o Deputado PODERÁ deixar de votar estando presente.

O Regimento Interno no seu artigo 158 apenas e tão somente GARANTE ao Deputado o Direito de ABSTER-SE de votar, quando ele, Deputado, entenda de sua conveniência. É um problema de foro íntimo.

Não diz o referido artigo que o DEPUTADO DEVERÁ ABSTER-SE.

Por tais razões e pela extraordinária clareza do próprio Artigo, de tão fácil interpretação, nada impede a participação do Senhor Deputado Alfredo Gulin na votação alusiva à aprovação prévia da indicação do nome do Engenheiro Saul Raiz para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

É o parecer.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DACIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Barbosa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado.* — *Irá à Comissão de Constituição e Justiça.*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 123/74, de autoria do Deputado Erondy Silverio, que tranfere por morte da beneficiária Rosália Freitas de Carvalho, a pensão mensal de Cr\$ 100,00, (cem cruzeiros), para sua filha Ondina Carvalho Oliveira. Parece *favoráveis* da C.C.J., e C.F. — *Aprovado.*

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que isenta de contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos, civis, militares e autarquicos, assegurando-se-lhes os benefícios previdenciários e assistenciais. — *Aprovado.*

PROJETO DE LEI Nº 209/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam isentos da contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, os servidores públicos inativos, civis, militares e autarquicos, ficando-lhes assegurados os benefícios previdenciários e assistenciais de que trata a legislação específica do Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

a) MAURICIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste Plano de lei não é outro senão o de colocar os inativos do Estado do Paraná em igualdade de condições com os servidores civis da União. Estes, quando se aposentam, deixam de contribuir para o IPASE, ficando, entretanto, com todos os direitos previdenciários e assistenciais inerentes aos servidores em atividade.

Acreditamos que o funcionário, após contribuir durante 35 anos para o respectivo Instituto, deve ficar isento da taxa previdenciária, estabelecida em lei para todos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 209/73

Visando isentar de contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, os servidores públicos inativos, assegurando-se-lhes os benefícios previdenciários, o ilustre Deputado MAURICIO FRUET, apresenta o Projeto de Lei que ora examinamos.

A iniciativa encontra amparo na Constituição e no merito deve receber o acolhimento desta Casa, pois está Plenamente justificada.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973.

a) ANTONIO COSTA — Presidente.

a) SEBASTIÃO RODRIGUES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 209/73

Autor: DEP. MAURICIO FRUET

I — A medida ora proposta é das mais justas e oportunas, pois visa garantir os benefícios previdenciários e assistenciais aos servidores inativos, sem a obrigação compulsória, da contribuição ao IPE.

II — O projeto não deverá acarretar problema de ordem financeira ao órgão previdenciário do Estado.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

a) QUIELSE CRISOSTOMO — Presidente

a) ALVARO DIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do casal Sr. e Sra. Eurico Mainardi Gomes e Normiria Gomes. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Lauro Zack. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eudoxia Carvalho Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Washington de Souza Carvalho. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo início no próximo dia 5, do serviço telefônico "Discagem Direta a Distância" no Município de Francisco Beltrão. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do DER, encarecendo providências na conservação e melhoria do trecho de estrada que liga a cidade de Castro à estrada do Cerne. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam feitos estudos sobre a viabilidade de instalação de um Posto de Identificação no Município de Santo Inácio. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam efetuados estudos, visando melhor localização do Serviço de Identificação da cidade de Londrina. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade de que a estrada ferroviária que ligará Cascavel a Foz do Iguaçu mantenha seu traçado inicial. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DER, sobre a precariedade de tráfego, devido a ausência de conservas e atendimento, nas estradas que ligam Laranjeiras do Sul, Porto Santana e Pato Branco. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do DER, no sentido de que sejam determinados urgentes reparos na estrada que demanda de São Mateus do Sul - Porto Soares a Rio Azul, e apelo também para a construção de uma Ponte ou Balsa sobre o rio Pottinga. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, e Indústria e Comércio bem como à Sunab, no sentido de incluírem os moinhos das zonas produtoras do Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná, no rateio de cotas estabelecidas para a industrialização do trigo e a liberação imediata da moagem colonial. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, visando a ampliação das instalações onde funciona a Sub-Divisão do Instituto de Identificação, de Cascavel, bem como a ampliação do Quadro de Funcionários. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Deputados representantes do Paraná, na Câmara Federal, no sentido de apresentação da Emenda ao Projeto de Lei, que autoriza Contagem Recíproca de Tempo de Serviço aos Funcionários Públicos Civis de Órgãos de Administração Federal direta e das Autarquias Federais e aos segurados do INPS, nos seguintes termos: Estendendo, facultativamente, aos Estados e Municípios os efeitos da Lei, através convênios entre as partes interessadas. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, solicitando certificado de pronunciamento do Sr. Deputado Jayme Carvalho, efetivado em 02.04.75, no Grande Expediente. — Ao Sr. 1º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneas Faria, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ilustre Professor Lauro Zak. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz e Osvaldo Macedo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, sobre as estradas que estão sendo construídas e os contratos celebrados. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima Sessão. Concedo a palavra para Explicação Pessoal ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando aceitei a convite do meu Partido, a minha candidatura à deputação estadual do MDB, sabia das opressões e das coações que iria sofrer.

Entretanto, por amor à causa pública, por amor ao meu povo, notadamente aquele povo com o qual me identifico porque vim da lavoura, por este amor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aceitei a minha candidatura. Concorri às eleições e fui consagrado pelo povo.

Tenho sido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante a minha existência de homem público e na minha vida particular, os

olhos voltados para os ensinamentos de Cristo. Tentando seguir, de longe, o exemplo deixado pelo Mestre que um dia abraçando a causa do pobre, do humilde e do sofrido, teve o seu final de vida pregado numa Cruz.

Sabíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, como Deputado do MDB que representa o homem humilde, iríamos receber desta Tribuna fria, de mármore, pedradas. Terminada a campanha política, Goioerê elegia dois Deputados Estaduais, eu, da Oposição, e Fabiano Braga Cortes do Governo. Apesar da ideologia que nos separa eu via com alegria a eleição de S. Exa. o Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, porque pensava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Goioerê haveria de ter a sua salvação e a salvação do Vale do Piquiri, com assento nesta Casa, dois homens preocupados com os destinos de nosso povo, na sua maioria lavrador, na sua maioria agricultor, sedentos por dias melhores e tive hoje a decepção. Enquanto requeria ontem, para que S. Exa. o Sr. Governador do Estado e o Sr. Secretário da Agricultura mandassem para nossa Região técnicos do Acordo de Classificação para que nosso lavrador não seja mais roubado do que estava sendo, simplesmente isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu requeria, mas acontece que eu requeria pelo lavrador pequeno e sofrido que, trazendo o calo nas mãos, o sofrimento do dia a dia e o progresso deste País, entretanto, o Deputado Braga Cortes, que eu sei que representa os poderosos daquela Região, que o apoiaram, vem hoje à Tribuna ocupando o Pequeno Expediente, misturando os fatos, misturando as coisas. Está aí em linhas taquigráficas o nosso pronunciamento, no qual eu não me referi a roubo de funcionários do Governo e sim a tipificadores de algodão, pagos, contratados pelos maquinistas tipificadores particulares, quando nós temos no Estado técnicos do Acordo de Classificação. Este foi o meu pedido. A mistura que V. Exa. fez, Deputado Fabiano Braga Cortes, entendo muito bem, porque enquanto defendendo o pequeno, V. Exa. representa o grande empresário.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Entendo, Deputado Braga Cortes, o pronunciamento de V. Exa. porque disse e repito, eu faço sem medo das coações, porque em campanhas passadas, na campanha de 60 eu ia para a televisão, para as emissoras dizendo que o Presidente da República havia feito para o Paraná uma péssima escolha para o Governador do Estado, na pessoa de Haroldo Leon Peres, e provei. Sr. Presidente, e o Presidente Médici concordou com este Deputado. Passada a campanha, empossado o Governador, sua primeira atitude foi a de mandar me processar pelas denúncias de Goioerê, porque este homem havia dito injuriosamente, caluniosamente, difamatariamente, de que ele era corrupto. Sete meses depois, a Arena concordava com o MDB de Goioerê, mas as ameaças que recebi naquela época, em todos os momentos da minha campanha política, ameaças infundadas, como a de hoje, falando-se em segurança nacional, como se segurança nacional fosse instrumento de perseguição do partido do Governo, segurança nacional é a garantia da minha candidatura pelo MDB, depois de haver dito que Haroldo Leon Peres era corrupto e ladrão, segurança nacional é a garantia da minha diplomação, segurança nacional, Deputado, é a garantia da minha posse. Dizia no meu pronunciamento que representantes do povo, até representantes do povo em Goioerê roubavam o lavrador e foi aí que no meu pronunciamento, que dou o calo do Deputado Fabiano Braga Cortes, porque ele foi apoiado pelo Prefeito Vicente Okamoto, que compra 60% da safra, e também está sendo desonesto.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Denunciei mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os maquinistas da minha

Região e haverei de continuar denunciando enquanto não se tome uma providência. Haveria de denunciar porque não é a minha voz que fala aqui, é a voz do povo que me colocou nesta Tribuna e a honrarei até minha morte, e nada de coação me fará com que a voz deste povo se cale e quero terminar dizendo, fazendo um pedido aos Deputados do MDB que hoje me defenderam, para que amanhã votem como eu irei votar, no Requerimento do Deputado Fabiano Braga Cortes. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros, para falar em Explicação Pessoal.

— (Reassume a Presidência o Sr. deputado Gabriel Sampaio).

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Requeri desta Tribuna, Sr. Presidente, no último dia 1º de abril, audiência da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, para analisar do impedimento do nobre Deputado Alfredo Gulin no que diz respeito a indicação do Prefeito de Curitiba.

A matéria foi relatada pelo meu companheiro de Casa, Deputado Dácio Leonel, e S. Exa. tem razão quando diz que não há o impedimento legal do nobre Deputado Alfredo Gulin, mas S. Exa. diz também que o nosso Requerimento é impertinente e de completo descabimento.

Quero dizer ao nobre Relator, e já o disse ontem, repetindo hoje na Comissão de Constituição e Justiça que este Requerimento pode ser descabido, mas trouxe à luz uma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mostrando como a nossa lei é falha, mostrando como a nossa Constituição é falha e nos diz como devem ser reformuladas as nossas leis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente o Deputado Alfredo Gulin deverá, na tarde de amanhã, depositar o seu voto na pessoa do Sr. Saul Raiz, porque pertence ao Partido do Governo e o Partido do Governo amanhã irá eleger o Sr. Saul Raiz. O meu Partido não, o meu Partido preserva aquilo que diz na campanha eleitoral, preserva aquilo que é de direito, aquilo que é justo, aquilo que é honesto.

O nobre Deputado Alfredo Gulin irá amanhã votar, irá dizer sim à Mensagem de S. Exa. o Sr. Governador. O seu voto será legal. Mas quero dizer à Casa e colocar neste Plenário que S. Exa. o Deputado Alfredo Gulin realmente não faz parte de firma concessionária ou beneficiária (benessecionária) do serviço público porque S. Exa. o Deputado Alfredo Gulin, depois da eleição no dia 16 de dezembro, transferiu todas as suas quotas, toda a sua participação a um outro ilustre membro de sua família.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como a lei é falha, S. Exa. pode ser candidato a Deputado Estadual, como concessionário público. S. Exa. pode participar da votação na eleição de 15 de novembro; S. Exa. poderá participar amanhã da eleição do Prefeito. Todavia, S. Exa. quando candidato a Deputado, podia talvez fazer parte de uma empresa concessionária de serviço público, mas amanhã S. Exa. não poderia. E qual a forma mais justa, seria transferir suas quotas, seria transferir sua participação? E disse ainda o Deputado Dácio Leonel, quando dizia que o nobre Deputado Gulin tem notória vinculação com o serviço dos transportes coletivos da Capital, e realmente o tem. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, a Lei é falha, mas acredito e entendo que o voto do Deputado Alfredo Gulin amanhã aqui, é legal no meu entendimento é completamente imoral. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário do Deputado do Rio Grande do Sul, Sr. Paulo Américo, Professor Catedrático da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A Mesa suspende a Sessão por cinco minutos, a fim de que os Srs. Deputados tenham a oportunidade de cumprimentar aquele ilustre visitante.

— (É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra, para Explicação Pessoal, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Em explicação pessoal). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É possível que minha passagem por esta Tribuna, neste instante, para falar em Explicação Pessoal, não seja bem entendida por alguns dos Srs. Deputados. Mas, não há como fugir à minha responsabilidade de Líder, de ir à Tribuna senão para pretender conceituar a posição de um valoroso Companheiro de Bancada e também de Partido, para fazer um apelo às duas ilustres Bancadas, da ARENA e do MDB.

Verifico com tristeza, constatei consternado, Sr. Presidente, que os pronunciamentos acalorados vividos durante esta Sessão, nesta Casa, foram, até certo ponto, de agressão pessoal.

É o instante para apelarmos ao bom senso. Eu mesmo estou fazendo um esforço gigantesco para me conter também, no sentido de pretender preservar o que é mais nobre um homem deve possuir; o respeito para com seus semelhantes. O episódio ensejou este debate acalorado, com reticência nominal, foi fruto de um mal entendido. Era esta teia que pretendia repisar.

O nobre Deputado Fabiano Braga Cortes quis vir à Tribuna, no Pequeno Expediente, e manifestou seu desejo de corroborar com o nobre Deputado Jayme Carvalho, e juntar as notas taquigráficas dos pronunciamentos que foram feitos, ao Requerimento formulado por S. Exa. solicitando providências para o fato que estava ocorrendo, porque o nobre Deputado entendeu que estavam a roubar, estavam assaltando, os já sofridos cotonicultores da Região por ele representada nesta Casa. Não entendemos o nobre Deputado Fabiano Braga Cortes porque os desonestos não foram identificados nominalmente. Daí a sua preocupação, porque se tivesse procedido desta forma o nobre Deputado Jayme Carvalho, não estaríamos sujeitos a esse desentendimento. O apelo foi no sentido de que fossem identificados os corruptos, porque nós que representamos o povo não queremos levar a pecha de coniventes com falatuas. Pretendemos tão somente que as notas taquigráficas fossem anexadas, dada a gravidade do problema angustiante vivido pelos cotonicultores. Porque, da forma que estava redigido o Requerimento, as autoridades não poderiam ver, nas entrelinhas, o que realmente estava acontecendo. Porque S. Exa. falou no roubo das balanças instaladas juntos às máquinas. Existe o Instituto de Pesos e Medidas que verifica as balanças.

Porque não exigir do Acordo de Classificação do Estado, que desloque o sem número de funcionários que tem em seus quadros e à disposição de tantos órgãos para não realizarem nada em favor do Instituto ou da coisa pública, para o interior para o interior para defenderem, com seus conhecimentos e pretendemos que tenham sido nomeados através de testes de seleção — uma classificação mais honesta para que não haja aviltamento de preços de um produtor tão sofrido!

Também não venham aqui censurar o Governo pelo empobrecimento de nossa agricultura. Hoje mesmo o Banco Central publica dados da Fundação Getúlio Vargas, dizendo que dos anos 68 a 74 a renda "per capita" de nosso País ascendeu a mais de 750 dólares num crescimento superior a 51%.

Deveriam afirmar, meu Deus do céu, que depois do advento da Revolução se implantou uma política de preços mínimos e financiamento à agricultura!

Que se deixou de ouvir aquela frase que se celebrou, de que os principais estabelecimentos de crédito deste País davam dinheiro aos ricos e fotografias de Getúlio Vargas aos pobres!

Os horizontes deste Estado, dos Estados mais meridionais da Nação, enriquecem os olhos dos brasileiros com uma vastidão da cultura semeada. Lá está a mão do Governo ajudando a aumentar a produtividade!

E os desastres existem, existirão e existirão, não por vontade de um Governo.

E nós choramos, em nosso íntimo, quando muitas vezes temos de assistir um desfile de ilustres representantes do povo nos atacando, em vez de apresentarem soluções, quem sabe até mais próprias do momento. Talvez elas até não existam. Porque redução de juros nos empréstimos à agricultura e à pecuária?

E os incentivos fiscais que o Governo dá à pecuária e agricultura? O esforço que se fez para implantar o sistema viário condizente com as necessidades de escoamento de uma produção enorme! E o esforço que o Governo está a fazer estimulando uma iniciativa do MDB no sentido de coibir a ação das multinacionais!

Fico entristecido — confesso — por ver que entenderam a fala do eminente Deputado Fabiano Braga Cortes como se fora uma acusação — e não foi esta a intenção —, sendo ele agredido por três, quatro ou cinco Srs. Deputados.

O que nós queremos — por favor — é que quando se acusar alguém de corrupção, quando se disser desta Tribuna que neste Estado há gente que rouba, que se identifique o cidadão. Esta é nossa preocupação e não é justo se referirem à Bancada da ARENA como se fosse composta de homens afeitos à tranquilidade do cafezinho à toda hora. Porque por dentro choramos tanto quanto V. Exas., quando brasileiros, em nosso Estado, não conseguem ter o suficiente para se sustentarem e à sua família, com dignidade.

E quando o Deputado Luiz Carlos Zuk cobrava providências, devo informá-lo que ante-ontem levei ao Governo e ontem trouxe a notícia da suspensão da operação, com a ida de três oficiais superiores para levantar arbitrariedades, identificar arbitrariedades, a fim de punir os culpados, porque o Governo do Estado interessa a manutenção de um clima de paz, de tranquilidade social, que é o único clima necessário para que o Governo possa desenvolver o plano de governo que pretende.

O Sr. Eneas Faria — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado, não é meu propósito polemizar com V. Exa. a respeito da política agrícola do Governo brasileiro. Mas, gostaria de lembrar que não foi o Governo de hoje que inaugurou tantas obras novidades nesta terra. Na verdade, eminente Deputado, o esforço e o sacrifício do nosso homem do campo, se soma também ao esforço econômico financeiro do Governo, na importação até de novos complexos viários, para o escoamento da produção, além de outros implementos para que nossa produção cresça. Mas afinal, o que se vê é a nossa economia hostilizada pelo grupo apátrida das multinacionais. Mas não é esta minha preocupação. Compreendo a preocupação que assaltou o espírito de V. Exa. mas entretanto, com o mal entendido que possa aqui ter ocorrido, é preciso que uma coisa fique entendida e foi assim que compreendi o pronunciamento do eminente Deputado Jayme Carvalho. Toda vez que se comete uma injustiça, uma das categorias trabalhadoras mais feridas, tão sofrida, é a do trabalhador do campo, o agricultor. Cada vez que se comete uma injustiça, se retarda mais a sua recuperação. Cada vez que se posterga uma reivindicação se está na verdade a retirar alguma coisa de alguém.

Parece-me que foi isso, em síntese, o objetivo do pronunciamento do Sr. Deputado Jayme Carvalho, e não só aqueles diretamente envolvidos na questão, mas toda estrutura que se relaciona com essa problemática, também concorre para a procrastinação da justiça.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, devo dizer a V. Exa. que em nenhum instante, qualquer membro de nossa Bancada considerou intempestivo o Requerimento e o pedido de informações do eminente Deputado Jayme Carvalho. Pelo contrário, e daí o mal entendido, o que se pretendeu foi exigir da autoridade estadual, a punição dos responsáveis.

Este foi o objetivo do eminente Deputado Fabiano Braga Cortes. Não foi outro. Mas, quando se fala na atuação governamental em favor da nossa agricultura, tenho a dizer que em nos-

so Estado, nos últimos três anos, triplicamos nossa capacidade de armazenagem, para citar apenas um setor.

É verdade que o Estado do Paraná foi relegado a segundo plano no Governo anterior ao atual no que diz respeito ao setor de estradas. Amanhã durante o expediente irei me referir a um fato. Mas, dos 2.300 quilômetros de rodovias que serão implantadas nos próximos anos, 1.061, quase 60%, estão projetadas para a área que diz respeito à Rede Ferroviária Paraná-Santa Catarina para beneficiar, principalmente, o Estado paranaense.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria que o nobre Deputado, se pudesse por gentileza, retificasse a sua retórica na oportunidade em que diz usei da palavra para agredir o nobre Deputado Fabiano Braga Cortes.

Mas, Sr. Deputado, apenas analisamos a denúncia que foi violenta demais e refutamos o que foi dito com relação ao Deputado Jayme Carvalho porque S. Exa. falou que o que houve, existe e ocorre em sua Região é com relação às balanças e aos compradores dos produtos que lá existem. E o Deputado Fabiano Braga Cortes referiu-se a "roubo" no Departamento do Governo. Agiu S. Exa. o inteligente Deputado malvadamente ao analisar o pronunciamento do nobre Deputado Jayme Carvalho.

Para que haja justiça é preciso que V. Exa. ao discutir, ao acusar a nós os homens da Bancada do MDB que refutam a acusação feita pelo eminente Deputado Fabiano Braga Cortes ao Deputado Jayme Carvalho, procure fazer com que venha às suas mãos as notas taquigráficas do pronunciamento do ilustre Deputado Jayme Carvalho.

Quanto à minha expressão de que aqui estamos aconchegados ao cafezinho e recebendo este beneplácito maravilhoso, não me referi às condições econômicas de cada um que aqui está porque, graças a Deus todos nós possuímos nossas condições de trabalho; nos referíamos que este cafezinho deveria ser pago com a representação popular que nos propusemos nas campanhas políticas.

Admiro-me que V. Exa. com a educação que lhe é peculiar e que sempre foi alvo do meu respeito, tenha deferido ataque tão doloroso a este Deputado que não fez outra coisa senão refutar as acusações feitas pelo Deputado Fabiano Braga Cortes ao Deputado Jayme Carvalho. Era o que tinha a esclarecer.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente o Deputado Fabiano Braga Cortes solicitou a certidão das notas taquigráficas que contém o pronunciamento do nobre Deputado Jayme Carvalho exatamente e principalmente para se situar dentro do pronunciamento.

Em absoluto não agredi V. Exa. Com respeito ao cafezinho quando o garçon que serve este Plenário gentilmente estava nos servindo disse a ele que, por favor, servisse os Deputados do MDB para que não pareça um privilégio de nossa Bancada. Talvez a coincidência tenha feito que cometêssemos uma injustiça para com V. Exa. E se eu a cometi, queira eminente Deputado, receber as desculpas mais sinceras deste Deputado.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Muito obrigado nobre Líder do Governo, eu serei breve porque V. Exa. está mesmo falando em Explicações Pessoais.

Não fosse uma referência feita por V. Exa. no sentido de que as duas Bancadas poderiam vir a se degladiar, em tom patético com que V. Exa. nos disse aquilo que estava sentindo, eu gostaria de pedir a V. Exa. que considere o incidente encerrado porque me parece que as explicações dadas são já suficientes para que não sobrepare qualquer dúvida ao que houve, de qualquer intuito agressivo menos lícito da parte de quem quer que seja, contra quem quer que seja nesta Casa.

Nós todos nos conhecemos muito bem, conhecemo-nos suficientemente já neste Plenário, para saber que o respeito ca-

racteriza a atuação de cada um; agora é inegável também, eminente Líder, que o calor do debate por vezes leva a conclusões que não têm o sentido que, examinando o assunto com isenção, se possa chegar a concordar.

De modo que, acredito que a presença do Deputado Jayme Carvalho na Tribuna, os esclarecimento dele próprio e o ilustre Deputado Fabiano Braga Cortes sobre assunto de tamanha importância, realmente da mais alta importância para todos nós, tem a sua parte relativa ao incidente já plenamente esclarecido.

Acredito que no tocante à agricultura, apneás gostaria que V. Exa. me permitisse dizer, que, não só o nosso País se debate no problema agrícola, mas todos os países do mundo têm na agricultura os seus mais sérios problemas e nós temos no Brasil problemas gravíssimos. A citação de V. Exa., de que a renda "per capita" havia subido para 750 dólares. Isto nos daria uma renda anual de 6 mil dólares ao trabalhador e V. Exa. sabe que 6 mil cruzeiros por ano mal dão para o trabalhador mitigar as suas maiores necessidades.

O SR. IVO THOMAZONI — Queria com isto, nobre Deputado, que ela já foi 51% abaixo desse valor nos últimos anos, como para significar também que a agricultura malgrado as condições de ainda um primarismo no seu desenvolvimento, ela tem sido responsável pela maior contribuição na nossa produção de cimento bruto. Também paralelamente às críticas que se fazem à política de assistência governamental à agricultura, dados estatísticos que me induzem a acreditar na minha Região, muito embora já esteja a tomada por um minifúndia, para alguns improdutivos, para mim produtivos, para significar que os pequenos proprietários hoje desfrutam de bens de consumo e de condições de vida que a seis ou sete anos atrás, nem em sonho julgavam poder desfrutar. Poderia referir-me ao número de propriedades agrícolas no meu Município de Pato Branco que não é dos mais ricos, para dizer quantas destas propriedades ou quantos destes pequenos proprietários dispõem hoje da sua viatura própria para locomoção da sua família. Quantas já estão a receber o benefício eletrificação rural, porque nunca, muito embora reconheça a precariedade das nossas estradas, eu ouvi, assisti ou alguém pode me comprovar que tivesse havido apodrecimento da nossa produção em qualquer região deste Estado. Talvez haja este apodrecimento na lavoura, antes da colheita.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica o nobre Deputado que restam 5 minutos para V. Exa. concluir o seu pronunciamento, uma vez que colocamos o prazo inicial de 15 minutos, independente de seu Requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a magnanimidade de V. Exa. Sr. Presidente e prometo concluir. Não sei se V. Exa. não sei se os nobres colegas irão permitir que eu conclua, eu devolverei a palavra.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas fazendo uma referência ao apodrecimento de produtos agrícolas a que V. Exa. aludiu, eu devia dizer a V. Exa. que o ano passado os produtores de mamona sofreram como se tivesse apodrecido no seu terreito a mamona, porque quando eles plantaram, a mamona estava a quase 3 cruzeiros o quilo e posteriormente eles tiveram de vender quando produziram a 50 ou 50 centavos mais ou menos o quilo.

O SR. IVO THOMAZONI — Não foi a precariedade nos nossos caminhos que propiciou o apodrecimento da cultura. O assunto tem sido abordado aqui de maneira tão... (interrompido).

O SR. MUGGIATI FILHO — Ninguém tem negado a realidade, mas eu queria deixar que V. Exa., queria que V. Exa. me permita deixar bem claro a nossa posição. A nossa posição é inquestionável, eminente Líder, porque o próprio Governo já se auto elogia. Nós cansamos de assistir em todos os programas de televisão, de rádio, nos jornais, os auto elogios que o próprio Governo faz de si mesmo, como se não houvesse, não se viu o Governo vir, quero dizer a V. Exa. que estou me referindo ao Governo Central, principalmente este. Não se viu o Governo vir ao contato com o povo. Para o Governo Central, eu entendo, vê

o povo à margem dos acontecimentos e isto para nós fere diretamente a soberania popular. Nesse sentido nós temos que nos ater à nossa posição, que é a oposição. Porque, para se elogiar, a si próprio, basta o Governo, e V. Exa. há de consentir que são palavras minhas, não tem nenhuma insinuação a V. Exa. que está no perfeito desempenho do seu papel, porque V. Exa. afinal de contas, nesta Casa, é um eminente Líder do Governo do Estado. Agradeço a V. Exa. a oportunidade do aparte. O

OSR. IVO THOMAZONI — Tenho alguns minutos para concluir a minha passagem pela Tribuna, razão pela qual deixo de conceituar o problema que V. Exa. enfocou e prometo fazê-lo proximamente, mas devo afirmar, em nenhum instante eu me considero satisfeito com as condições de vida do pequeno, do médio e do grande agricultor neste Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Acredito na sinceridade de V. Exa. O SR. IVO THOMAZONI — Daí a razão da nossa presença aqui,

porque para aqui viemos representantes que somos de uma região eminentemente agrícola.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento.)

Ira ocupar a Tribuna para falar em Explicação Pessoal. Mas atendendo apelo de V. Exa. e do nobre Líder da Oposição, Deputado Muggiati Filho, V. Exa. externou da Tribuna a nossa intenção, intenção essa que já foi dita, quando em aparte ao nobre Deputado Lúcio Machado, eu havia dito que se houvesse recebido uma denúncia da forma que recebeu o Deputado Jayme Carvalho, teria eu me pronunciado também desta Tribuna.

Após meu pronunciamento e as notas taquigráficas estão aí para comprovar, que a minha intenção foi única e exclusivamente com intenção de apoiar o pronunciamento do Deputado Jayme Carvalho. O que não posso admitir é que se dê outra interpretação do meu pronunciamento como coação, porque eu não admito coação. Coação em política me enoja. Eu saí de uma campanha política onde, graças a Deus, pude fazê-la com alto espírito cristão, sem mentir, sem iludir.

E hoje, o nobre Deputado Jayme Carvalho, da Tribuna, disse que está decepcionado com este Deputado, Deputado este, que foi eleito por poderosos. Mas, a Casa e o povo sabem que aquela Região, diariamente, estou recebendo centenas de operários humildes no meu Gabinete. E hoje, o Deputado Jayme Carvalho fez acusações pessoais ao atual Prefeito Municipal dâcipio. E obrigação desta Assembléia, dos Srs. Deputados, denunciar casos como este, como bem dizia, há pouco, o nobre Deputado Eneas Faria, em aparte a V. Exa., que o Deputado não pode se omitir, nossa função é essa, estamos ganhando para isso. Temos a obrigação, tanto da Oposição como da Arena, vir à Tribuna e denunciar. Foi esse o único espírito que tive ao caminhar meu pronunciamento. A minha intenção foi essa, quero deixar bem claro que, atendendo pedido de V. Exa. e do ilustre Deputado Muggiati Filho, deixo de usar a Tribuna em Explicação Pessoal. Mas, as denúncias serão esclarecidas porque tenho certeza que esse é o pensamento de toda a Casa.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade do aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado. E para encerrar, devo agradecer a contribuição dos ilustres Deputados que, em aparte, expressaram os seus pontos de vista.

E, ao deixar a Tribuna, para que os Srs. Deputados conheçam a minha maneira de proceder, devo reafirmar, há humildade que sempre me caracterizou a maneira de ser, esta humildade jamais estará presente quando houver necessidade de que ergamos a nossa cabeça para defender as nossas convicções.

Não haverá de ser a tonalidade de voz empregada desta Tribuna que irá amealhar a qualquer um de nós. Estamos convictos de que estaremos cumprindo bem a missão de representar o povo e não seria isto correto e verdadeiro se não fosse o testemunho nas urnas, em eleições diretas, a testemunhar a reeleição sempre com maior soma de votos.

Desejo respeitar a figura de cada um, e acatar e interpretar o que puder, dentro de minhas limitações, procurando levar ao Governo a palavra de cada um.

Mas, por favor, que nunca nos sejam feitas interpelações em forma de cobrança ou exigência, porque somos todos aqui Deputados do mesmo nível, com as mesmas responsabilidades. E digo que todas as denúncias do MDB merecem a credibilidade deste Deputado. Tanto assim que em menos de 24 horas trouxe aqui soluções a denúncias formuladas com posição do governo, adotada, atendendo também reivindicações da ilustrada Bancada do MDB.

Mas que jamais sejamos vistos pelos homens das galerias, pelas ilustres autoridades que nos assistem hoje, que nos assistiram ontem e nos assistirão amanhã, como se nós do Governo, fôssemos homens que dizem Amém a tudo ou como vaquinhas de presépio, que levantam e baixam a cabeça sem contestar aquilo que consideram ser uma agressão à nossa formação de homens. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro a presente Sessão encerrada, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente, e marcando ainda uma Sessão Especial para o mesmo dia, às 14:30 horas, destinada à eleição do Sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 124/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1107/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar NILCE POLI MILANI, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 125/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2189/75, de 17 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

lotar, PAULO ORLANDO MADER DE BITTENCOURT, ora a disposição deste Poder, no serviço Médico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 126/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2405/75, de 21 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário MIGUEL JORGE NASAR NETO, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 127/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1386/75, de 21 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

lotar, HUGO GABARDO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 128/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1341/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar MANRINQUE GANDARA FILHO, ocupante do cargo de Advogado, nível PL 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 129/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1113/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar BOANERGES MENEZES CALDAS, ocupante do cargo de nível PL 26, de Economista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 130/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1829/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar ARLETE BELMONT ZEBALLOS, ocupante do cargo de Oficial de Administração nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança de ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FABIANO BRAGA CORTES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 131/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1827/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a BOANERGES DE MENEZES CALDAS, ocupante do cargo de Economista, nível PL 26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tirinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1974, a partir de 17 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 163/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10.429/74, de 11 de dezembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, ocupante do cargo de nível PL 27, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), de seus vencimentos a partir de 5 de setembro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.546/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a RONALDO LOPES LINHARES, ocupante do cargo de nível PL 29, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 18 de julho de 1974, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 29/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a FRANCISCO BUBNIAK, ocupante do cargo de nível PL 21, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 6 de dezembro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 892/75, de 6 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

- I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RUBENS PADILHA MENDES, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,
- II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 14 de janeiro de 1975, data em que, em razão das férias referentes ao ano de 1974, contadas em dobro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1255/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

- I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 19 de março de 1964 a 19 de novembro de 1968, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1965 e 1966, contadas em dobro; e,
- II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 19 de maio de 1973 data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1428/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a RUBEN MURILO LEÃO RIGO, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 28, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 24 de fevereiro de 1962 e igual data de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário